

Inserção de Moçambique na Geopolítica Energética Regional e Global: Desafios e Perspectivas de Autonomia

*Insertion of Mozambique in Regional and Global Energy Geopolitics: Challenges
and Prospects of Autonomy*

*Inserción de Mozambique en la Geopolítica Energética Regional y Global:
Desafíos y Perspectivas de Autonomía*

Carmona Bila

Instituto Superior de Relações Internacionais, Maputo, Moçambique

Resumo: O artigo faz uma reflexão sobre o processo de inserção de Moçambique na Geopolítica Energética Regional em plena mudança global do paradigma energético. Recorrendo ao uso dos métodos histórico e comparativo e da técnica bibliográfica, o artigo faz uma análise baseada na teoria construtivista das Relações Internacionais (RI), procura explicar a influência de um Estado, das capacidades objetivas e subjectivas, necessárias para estabelecer pontes interdependentes entre Estados com interesses convergentes. A principal constatação produzida é que Moçambique não dispõe de uma filosofia própria para a autonomia energética. A inexistência de uma filosofia é resultante de uma estrutura económica voltada para a guerra que emergiu e dominou as primeiras duas décadas após a independência nacional. Pelo que, trinta anos depois do alcance da paz, não há uma projecção energética regional e global.

Palavras-Chave: Geopolítica, Geopolítica Energética, Recursos Energéticos, Autonomia e Inserção.

Abstract: The article reflect on the process of insertion of Mozambique in the Regional Energy Geopolitics in the midst of a global change in the energy paradigm. Using historical and comparative methods and bibliographic techniques, the article makes an analysis based on the constructivist theory of International Relations (IR), try to explain the influence of a State, of the objective and subjective capabilities, necessary to establish interdependent bridges between States with converging interests. The main finding produced is that Mozambique does not have its own philosophy for energy autonomy. The nonexistence of a philosophy is the result of a war-oriented economic structure that emerged and dominated the first two decades after national independence. Therefore, thirty years have passed since peace was reached and there is no regional and global energy projection.

Key words: Geopolitics, Geopolitical Energy, Energy Resources, Autonomy and Insertion.

Resumen: El artículo reflexiona sobre el proceso de inserción de Mozambique en la Geopolítica Energética Regional en medio de un cambio global en el paradigma energético. Utilizando métodos históricos y comparativos y técnicas bibliográficas, el artículo realiza un análisis basado en la teoría constructivista de las Relaciones Internacionales (RI), tratando de explicar la influencia de un Estado, las capacidades objetivas y subjetivas necesarias para establecer puentes interdependientes entre Estados con convergencia intereses. El principal hallazgo producido es que Mozambique no tiene una filosofía propia para la autonomía energética. La falta de una filosofía es el resultado de una estructura económica orientada a la guerra que surgió y dominó las dos primeras décadas después de la independencia nacional. Por lo tanto, han pasado treinta años desde que se alcanzó la paz y no hay una proyección energética regional y global.

Palabras-clave: Geopolítica, Geopolítica Energética, Recursos Energéticos, Autonomía y Inserción.

Introdução

O artigo reflecte sobre a inserção e autonomia energética de Moçambique no quadro geopolítico regional e global. Moçambique, insere-se num contexto internacional de escassez de energia, mudanças nas políticas energéticas globais para mitigar os efeitos nefastos das mudanças climáticas causadas pelo uso de combustíveis fósseis, caracterizadas pelo aquecimento global, degelo de glaciares e subida do nível do mar, embora tenha em solo, elevadas quantidades de recursos energéticos¹ por explorar e produzir o desenvolvimento. O crescimento da população nos centros urbanos, acompanhado do crescimento e desenvolvimento industrial e do parque automobilístico, aumenta o consumo de energia para além do que se produz. O facto é que, a energia e todos recursos energéticos ganharam e aumentaram a importância e o valor dos Estados que tem a posse destes recursos estratégicos, o mundo consome mais energia do que produz, e isso, gera a escassez e a procura por recursos energéticos pelo mundo. É neste cenário, que Moçambique aparece como uma nova alternativa na geopolítica² energética global, por ter descoberto elevadas reservas de recursos energéticos comercializáveis em seu território.

A reflexão iniciada, esta associada ao facto dos moçambicanos e o mundo perceberem, os benefícios que podem advir da exploração racional e acertada dos recursos energéticos

¹ Recursos Energéticos são o conjunto de riquezas naturais, que produzem ou acumulam energia e que podem ser explorados economicamente por um país. Constituem riquezas energéticas as bacias petrolíferas, de gás natural, carvão entre outros. (Zeca 2016, p. 277).

² Geopolítica é a descrição dos elementos geográficos, como os recursos naturais e a sua relação com o poder político, baseada na ideia de que a geografia define os limites e oportunidades na política internacional. (Zeca *et al* 2016, p. 276).

abundantes no solo moçambicano (Dias 2018, p. 2-3). Refere-se precisamente a rentabilidade, promoção do crescimento da economia e diversificação da base económica nacional. Para melhor perceber o objetivo da reflexão iniciada, procura-se estruturar o artigo em seis secções que respectivamente versão sobre:

- Referencial teórico;
- Moçambique como Actor energético regional e global;
- Moçambique na Geopolítica energética regional;
- Moçambique na geopolítica energética global;
- Filosofia energética de Moçambique; e
- Os desafios da inserção de Moçambique na geopolítica energética regional e global.

Na primeira secção, apresenta-se o quadro teórico e a metodologia utilizada ao longo do artigo. Relativamente a segunda secção, o artigo começa por fazer uma caracterização de Moçambique como um Actor estratégico e preferível das Relações Internacionais (RI), que dispõe de uma boa localização geográfica ao longo do Oceano Indico, por onde passa o canal de Moçambique, passagem de cerca de um terço do comercio mundial, e relevância estratégica por possuir recursos estratégicos de alto valor no mercado internacional tais como: carvão, gás natural e petróleo. Por consequência disso, Moçambique passa a vislumbrar na arena mundial, como um Actor geopolítico relevante e atraente, por despertar a atenção e atrair o interesse dos principais *players* internacionais, no campo energético. Neste diapasão, a região e o mundo, procuram por fontes de abastecimento de energia para alimentar suas economias e parques industriais crescentes, entretanto, para o alcance deste desiderato, procuram incansavelmente por fontes mais baratas, próximas e de baixos custos de transporte, comparados aos tradicionais fornecedores.

Assim, no que tange a terceira secção, o artigo segue fazendo alusão a ascensão de Moçambique na Geopolítica energética regional, pelo lugar que passou a ocupar depois da descoberta de reservas comercializáveis de recursos energéticos, em meio a escassez de energia no mundo. Isso explica, a importância do alargamento e diversificação de fornecedores de energia no mercado global. Ao nível da região, esta posição passou a ser liderado por moçambique em termos de posse de reservas de recursos energéticos e por ser o principal fornecedor de energia para a maior economia da região e do continente, a Republica da Africa do Sul (RSA), (Wache 2020, p. 136,137).

No concernente a quarta secção, segue-se, a reflexão focada na busca pela inserção de Moçambique na Geopolítica global. Neste ponto, é notável a pertinência desta reflexão, pela forma como os desafios actuais das mudanças climáticas e do aquecimento global pressionam

os Estados, a mudar de abordagem relativamente a utilização de recursos energéticos esgotáveis, tal como, o abandono do uso de energia fóssil e poluente. Neste diapasão, a pressão sobre os Estados mais industrializados do mundo aumentou, à semelhança dos Estados que produzem estes recursos. Na sequência da pressão internacional, Moçambique enfrenta um grande dilema, a saber: o de explorar seus recursos para industrialização e, o de reduzir a emissão de dióxido de carbono para o ar, afim de reduzir a poluição e a degradação ambiental. O desafio da inserção de Estados em desenvolvimento que pretendem uma posição no espaço global, muda a composição da estrutura da geopolítica energética global, passando a criar novos produtores e novos vendedores de energia, sem, contudo, mudar os consumidores. Essa mudança, gera novos perdedores e novos vencedores na Geopolítica energética global.

De seguida, a quinta secção levanta um debate sobre a filosofia energética que Moçambique adopta ou pretende adoptar para enfrentar o desafio de inserção na geopolítica energética internacional. Assim, a tentativa e de propor a melhor abordagem, que coloca o país em vantagens comparativas reais. Neste ponto, o foco vai se centrar na comparação de duas abordagens teóricas nomeadamente o Construtivismo e o Institucionalismo Liberal.

Deste modo, a sexta e última secção explora os desafios de varia ordem, desde os estruturais até os sistémicos que obstruem a autonomia e ascensão de Moçambique. Portanto, a ascensão de Moçambique no cenário regional da Geopolítica Energética antecede as mudanças globais. Por isso, a ausência de uma abordagem teórica e política clara, sobre a expressão de moçambique na geopolítica energética, carece de um debate aberto e uma forte abordagem científica de autonomia energética.

De acordo com Vackulchik, Overland e Scholten (2020, p. 5), novos conflitos e luta pela industrialização e desenvolvimento das economias dos países em desenvolvimento, criam um antagonismo entre os Estados que defendem a mudança de paradigma, contra os que defendem a oportunidade de se industrializar através da exploração de recursos energéticos. Esta mudança de paradigma tem implicações positivas e negativas na ascensão e autonomia energética de Moçambique, por dispor de elevadas reservas de carvão mineral, gás natural e petróleo, contudo, não pode explorar para benefício próprio, por consequência de conflito interno e da mudança de paradigma. Deste modo, questiona-se como será feita a inserção e autonomia energética de Moçambique no mercado regional e global face a mudanças do paradigma energético?

Enquadramento Teórico

Segundo Dunne *et al* (2013, p. 114, 115,124), o Institucionalismo Liberal é uma variante da Teoria Liberal das RI que surgiu entre os anos 1960 - 1970 e foca no papel que as instituições internacionais desempenham em prol de ganhos colectivos. Entre os seus pressupostos, defende que os Estados tomam decisões de acordo com os seus interesses, prioridades e faz escolhas estratégicas de acordo com o custo e benefício, aplicam a racionalidade na maximização da utilidade das escolhas económicas. O liberalismo institucional alerta para a deserção, quando o medo dos parceiros de cooperação porque não são fieis aos acordos e, alertam para a questão da autonomia das instituições, como sendo serventes dos interesses dos Estados. Aqui, não esta claro que os ganhos são apenas das instituições, mas sim dos Estados que as criaram.

Embora facilite as relações comerciais através da cooperação e interdependência, no caso vertente, as empresas multinacionais que processam e comercializam os recursos energéticos, são maioritariamente de origem ocidental e consequentemente resolvem os problemas dos Estados de sua origem, através da criação de postos de trabalho para seus concidadãos e uma rede de empresas de serviços em cadeia, nacionais e internacionais, que se beneficiam dos ganhos.

Relativamente a teoria construtivista das RI, surgiu nos anos 1980, critica fortemente o neorealismo e o neoliberalismo, advoga que as RI são uma construção social. Dá ênfase à distribuição do poder no lugar do inabalável monopólio do Estado sobre a força e a riqueza, minimizando o poder das ideias. Preconiza o quanto as ideias podem definir e transformar as organizações, formar identidades e interesses dos Estados, passando a determinar o que importa e legitimar as acções de um Estado. Os construtivistas chamam atenção sobre o quão as normas e as entidades dos Estados podem ser importantes para descobrir assuntos importantes negligenciados pelos neoliberais e neorealistas, que podem trazer mudanças no campo energético (Baylis *et al* 2011, p. 149 - 154).

Nesta reflexão, aponta-se para as regras pré-estabelecidas pelas empresas multinacionais para gerir os Estados produtores de recursos e controlar a oferta e procura no mercado, devido a falta de tecnologia dos Estados produtores. Ademais, a importância que se dá aos recursos energéticos de tempo em tempo, varia em função do interesse dos principais *players* e Estados que controlam a economia mundial. Desde a crise do petróleo da década de 1970, o petróleo passou a ser o recurso mais importante que conduzia a economia global, todavia este recurso substituiu o carvão mineral que perdeu a sua relevância devido a poluição.

No entanto, desde que eclodiu o conflito entre a Rússia e a Ucrânia (2020), o mundo ressentente-se da falta de combustível e do gás natural, tendo novamente retomado o uso do carvão mineral, anteriormente visto como poluente, e devendo ser banido. Nesta ordem de

ideias, o Estado Moçambicano foi hostilizado, alvo de pretextos na cimeira de Glasgow 2021³, contra a exploração de gás natural, combustível fóssil que periga o meio ambiente. Contrariamente e pior que usar o gás natural, a Europa voltou ao uso do carvão, mesmo sendo este ainda mais poluente que o gás natural. Ai, os críticos do “mercado de emissões” desapareceu, porque é a Europa e o ocidente que esta em desvantagem. Esta é uma clara e flagrante injustiça, evidencia de que o mundo é aquilo que construímos em termos de opiniões, ideias e regras que devem ser seguidas.

A comparação é feita em relação as normas que regem o papel de produtor, processador e fornecedor de recursos energéticos. Estas normas e regras, foram aplicadas por alguns Estados produtores no passado, com base nas teorias liberais, tendo caído em desuso, para construir novas regras que permitiram a afirmação e autonomia destes na geopolítica energética global comparados com as empresas exportadoras e fornecedoras. Será também comparada a forma como os principais stakeholders se confrontam no campo teórico-prático da exploração e comercialização destes recursos estratégicos.

Neste diapasão, segundo Lundin (2016, p.139), o método comparativo – realiza comparações com finalidade de verificar semelhanças e explicar diferenças/divergências, será aplicado para comparar as premissas das teorias, as mudanças que elas trouxeram no campo energético. Associado a este, de acordo com Lundin (2016, *ibid*), o método histórico – consiste em pesquisar acontecimentos, processos e instituições do passado para verificar sua influencia no mundo social do presente, explica a forma como as teorias influenciaram a actual composição da estrutura Geopolítica energética global e, as licções a ser maximizadas por Moçambique.

Moçambique como Actor Energético Regional e Global

Moçambique possui uma matriz energética que lhe confere uma posição importante no mercado energético regional e global. O Carvão Mineral, a Energia Elétrica, o Gás Natural e Petróleo, correspondem a fontes renováveis e não renováveis de recursos energéticos abundantes e em quantidades comercializáveis internacionalmente, estimadas em cerca de 200 tcf em reservas de Gás Natural entre 2010 a 2014 (Zeca *et al* 2016, p. 161) e (Hoffmann e Martins 2012, p. 1). O valor destes recursos é altamente lucrativo e transmite uma percepção de poder do Estado, pela capacidade de influência que estes recursos podem jogar na região

³ DW Notícias, (2021). Aposta de Moçambique no gás natural “é um erro”. 12/11/2021. Fonte: (dw.com). acessado no dia 23 de Agosto de 2022.

e no mundo. Contudo, Moçambique continua dependente energético de outros Estados da região e do Mundo.

Entretanto, recorrendo a história, antes da Independência de Moçambique em 1975, foram desenvolvidos estudos e investigações que reportaram a existência de hidrocarbonetos em 1904 na bacia de Moçambique, sem, contudo, poder se quantificar as quantidades devido a falta de investimento, tecnologia e capacidade económica de Portugal (Mosse e Sele mane 2008, p. 8) e (Zeca *et al* 2016, p. 160). De seguida, entre 1961 – 67 fizeram-se mais descobertas em Pande (1961), Búzi (1962) e Temane (1967), em quantidades aproximadas a 7tcf de gás natural (Zeca *et al*, *Ibid*). Depois da independência no princípio dos anos 1980, seguiu-se a fase de legislar e constituir entidades reguladoras e responsáveis por estas áreas. Importa frisar que as descobertas surgiram em no contexto interno marcado da luta pela independência, inimizades e instabilidade política, económica e militar na região e, pela guerra civil, depois da independência, o que atrasou ou travou o avanço das pesquisas.

Contudo, para além de hidrocarbonetos, Moçambique dispõe de energia elétrica proveniente da Barragem Hidroelétrica de Cahora Bassa com cerca de 2.075 MW, bem como de enormes reservas de carvão mineral, ambos recursos localizados na província de Tete (Centro de Moçambique) (Barreto *et al*. 2000, p. 3,10). Com estes recursos, é possível alimentar o parque industrial nacional, embora muito pequeno.

Entretanto, desde o ano 2000, varias empresas multinacionais do ramo energético, começaram a entrar para o Estado moçambicano, na busca de estabelecer contratos de exploração, de entre elas destacam-se a Italiana ENI, as Americanas Anadarko e Exxon Mobil, e a Francesa Total, para além da gigante regional, a Sasol que desde a década de 1990 explora gás em Moçambique. Esta presença, elevou consideravelmente a importância de Moçambique na região e no mundo. De acordo com Zeca *et al* (2016, p. 166 – 168), Moçambique ascendeu aos rankings internacionais em termos de descobertas de reservas de gás, tendo assumido a posição 61 com 3.9 tcf, a posição 50 em 2005 com 5.5 tcf, e a posição 57 em 2010 com cerca de 6.5 tcf de gás natural. Em 2014, ascendeu para 8 posição com cerca de 200 tcf, vertiginosamente cresceu e achou-se entre as 10 maiores reservas do mundo, deixando para trás a Argélia, Nigéria e Venezuela. E difícil na actualidade, falar de recursos energéticos sem mencionar Moçambique.

Em Moçambique, existem vários outros recursos energéticos não fosseis, porem o seu valor comercial no mercado energético é inferior ao do petróleo e gás. Notavelmente, para Barreto *et al*. (2000, p. 3,10) embora exista um grande potencial de energias renováveis e um estudo de mapeamento, estas energias não estão em uso e não é de elevado valor lucrativo comparado ao gás e petróleo. Visto que a construção do que é importante e prioritário para o

Estado, na perspectiva construtivista, seja o lucro proveniente da comercialização de gás e petróleo no mercado internacional. Por isso, para Moçambique, é racional continuar a investir e procurar contratos para a comercialização destes recursos escassos, sem ignorar a hipótese de que nem todos vêem Moçambique de bons olhos, porque constitui um competidor no mercado energético internacional.

Moçambique na Geopolítica Energética⁴ Regional

O Estado moçambicano projectou sua influência energética regional através de duas perspectivas a saber: bilateral e multilateral. Daí que emergiu numa primeira fase como produtor e exportador de energia elétrica e de carvão mineral aos Estados vizinhos na região e, como importador de gás natural e petróleo no mercado global, actividade que ainda vigora nos dias actuais. No que concerne a perspectiva multilateral, a inserção energética deu-se através de acções políticas concretas no fórum multilateral de Estados da África Austral, onde Moçambique assumiu a responsabilidade de cooperar para o desenvolvimento da economia regional, através da disponibilização das suas infraestruturas, de transportes e comunicação, servindo como coordenador de transportes e comunicação da SADCC, através dos seus portos e caminhos de ferro, estradas e pontes, utilizando-os como corredores de acesso para o escoamento de bens e serviços, dos portos moçambicanos, para aos Estados do Interland, tais como Zimbabwe, Malawi e Zâmbia, caracterizando-se como uma política de serviços (Wache 2020, p. 117 – 150).

Relativamente a segunda perspectiva, a bilateral, Moçambique assumiu um papel proactivo e relevante na geopolítica energética da região, passando a fornecer aos Estados vizinhos, energia elétrica e carvão mineral provenientes da Barragem de Cahora Bassa e Moatize, na província de Tete, para alimentar a indústria pesada, crescente e dominante da República da África do Sul (RAS), Swazilandia (Eswatini) e do Zimbabwe, em meio a um contexto conturbado de conflitos internos e relações hostis com a RAS do regime do apartheid (Wache 2020, *ibid*). Ademais, nesta perspectiva bilateral, evidenciava-se a atenção voltada para dentro do país, a fim de melhorar a economia local, para alimentar a indústria nacional nascente.

⁴ Geopolítica energética é entendida como sendo aspectos políticos da energia, ligadas com as fontes de oferta e procura tornando-se de atenção pública em tempos de crises (Pascual e Zambetakis, p.1-3).

A projecção de Moçambique na geopolítica da energia regional, sucedeu entre os primórdios dos anos 1980, quando foram comprovadas reservas de Gás Natural em terra firme 'offshore'/ onshore, nos distritos de Temane e Pande, na província de Inhambane, em quantidades comercializáveis, o que catapultou a importância inequívoca de Moçambique no cenário regional tendo sido instalada a primeira indústria Multinacional de capital estrangeiro, sul africano, a Sasol. Esta visava a prospecção e transporte de gás natural para a RSA. De seguida, em 1994, Moçambique e RAS construíram um gasoduto para abastecer o distrito de Secunda na RAS (Zeca 2016, p. 161). Esta infraestrutura deu robustez às relações bilaterais entre os dois Estados, bem como, cimentou uma relação complexa de interdependência de alto lucro para os dois Estados. Na região da SADC, Angola, Congo, Tanzânia, Namíbia e Moçambique são os únicos que dispõem de reservas em exploração e comercialização, no entanto, em termos de reservas, a lista estende-se para Tanzânia no Oceano Índico e Malawi no Lago Niassa (Zeca 2016, p. 121 - 127).

Deste modo, a percepção da influência de Moçambique em relação a RAS aumentou devido a posição relativa de poder em alimentar o parque industrial da RAS com energia elétrica e gás natural, o que confere a Moçambique algum elemento de barganha. Entretanto, não se pode afastar o facto de estar dependente da RSA. O estatuto de Estado produtor é exclusivamente reservado para Estados que já exportam os recursos energéticos, facto que Moçambique não tem visto que ainda não possui centrais de transformação de energia, logo, não é autónomo. Pode-se sugerir que para alcançar a autonomia energética, passaria primeiro por estabelecer uma política própria que vai regular a interação entre produtor, investidor e consumidor, com enfoque para a centralidade das instituições do Estado nos assuntos energéticos, para servirem como controladores, reguladores e executores energéticos, ao invés de servirem de fiscalizadores das actividades dos investidores. Para além disso, a projecção de autonomia se faz acompanhar pela criação de capacidades próprias.

Por hipótese, entende-se que o atraso na construção de uma política energética autónoma, segue uma lógica política e não técnica e matemática. Parece intencional, revelar o despreparo do Estado em ascender a outros patamares, para dar continuidade da política de mendigo do Estado, que dominou o contexto da guerra civil. Refere-se a uma economia controlada por uma elite militar nacional, do período do conflito. Entretanto, na actualidade, esta forma de controle esta em desuso, substituídas por políticas ousadas e pró-autonomia. Ao invés de apostar em medidas políticas obsoletas, que não promovem a independência energética, mas mantém a economia de serviços e a exploração desmedida e insustentável dos recursos energéticos, é urgente adoptar uma política de autonomia com base em ciência, sem ignorar que as abordagens globais se apressam para a extinção de energias fósseis.

Moçambique na Geopolítica Energética Global

As descobertas de gás natural e petróleo na Província de Cabo Delgado, Norte de Moçambique, projectaram o Estado ao nível global. Actualmente, Moçambique integra a lista dos dez principais países com as maiores reservas de Gás Natural do mundo (Zeca 2016, p. 168). Por consequência, tornou-se a atração de vários *players* internacionais tais como Anadarko, Exxon Mobil, ENI, Total que está actualmente a desenvolver a construção de infraestrutura para a liquificação do gás natural. Esse destaque trouxe novos desafios ao Estado, referentes a necessidade de inserção no mercado global através da transformação dos recursos no subsolo Moçambicano, e produzir lucro. Estima-se produzir um lucro de cerca de 6 a 8 biliões de dólares por ano, e o PIB alcançar cerca de 84.9 biliões de dólares ate 2040, afirma Zeca (2016, p. 171)

É importante salientar que não foi apenas o petróleo e o gás natural que projectaram Moçambique no campo energético, internacionalmente. Para além dos hidrocarbonetos⁵, Moçambique é igualmente exportador de carvão mineral de alta qualidade, injecta cerca de 2.271,2 milhões de meticais nas receitas publicas em 2014, e exportou cerca de 7.272 milhões de toneladas em 2011 para o mercado asiático, tendo a Índia e a China, como principais consumidores (Mimbire 2016, p. 19, 20). Este sector, esteve dirigido pela Companhia de Mineração Brasileira, VALE Moçambique que ate 2014 injectou cerca de 4.7 mil milhões em impostos para o Estado (Mimbire 2016, p. 20). Entretanto, devido a crescente demanda internacional pelo petróleo e gás, resultante da escassez da oferta, aumentou por um lado, o interesse de vários Estados por Moçambique. Por outro, o interesse pelos recursos energéticos de Moçambique, despoletou um novo problema interno, que ameaça a inserção e autonomia de Moçambique na geopolítica energética global – o terrorismo em Cabo Delgado, a instabilidade política e militar, inexistência de transparência dos contratos, insegurança e escândalos económicos envolvendo elites políticas.

Filosofia Energética de Moçambique

Moçambique não dispõe de uma abordagem teórica e política moçambicana de inserção e autonomia energética própria, embora disponha de leis que regulam a exploração dos recursos energéticos. Por isso, ao analisar as abordagens anteriores de fornecimento de

⁵ Hidrocarbonetos são compostos formados somente por átomos de Carbono e Hidrogénio e são classificados em três grupos: Saturados, insaturados e aromáticos. (Zeca 2016, p. 276)

carvão mineral e energia elétrica ao nível regional, constata-se a ausência de políticas e acções concretas de projecção da autonomia energética, para além de explorar, vender e consumir. Daí que, o capital proveniente destes empreendimentos nunca foi suficiente para construir uma central de transformação de eletricidade no território moçambicano. Porque Moçambique é um Estado produtor-dependente da energia produzida em Tete, transformada na RAS e devolvida para o consumo nacional com baixa qualidade, algumas vezes insuficiente. Por isso, concordando com o pensamento de Dunne (2013, p. 117), Zeca (2016, p. 37 - 40) e Nye (2001)⁶ que: “o Institucionalismo Liberal promove cooperação a serviço do centro ... revela igualmente insuficiências como paradigma teórico para o estudo dos recursos energéticos nas suas dimensões política e estratégica.

Entretanto, por se acreditar que a cooperação substitui o conflito, Keohane e Nye, mostram que a interdependência nem sempre é um fenómeno neutro e benigno. Porém, os recursos podem ser fonte de conflito devido a percepção de poder que eles criam. Ora, o facto dos padrões das relações entre Moçambique e RAS, estabelecidas no passado, não terem dado espaço para autonomia energética de Moçambique perante RAS, revela o esforço que este empreendeu para manter sob controle os factores que condicionam o desempenho económico da sua economia. Enquanto que do lado Moçambicano, os lucros destes empreendimentos serviam no seu ponto de vista, para garantir ou barganhar, como diz Wache (2020, p. 110, 111) uma boa vizinhança e, para alimentar a economia de guerra que era comandada e dirigida centralmente pela elite, que dirigia a guerra e as relações política de Moçambique com outros Estados da região. Por isso, hoje, não se pode notar o desenvolvimento resultante da exploração, porém, o rasto de destruição ambiental é mais notável.

Um outro aspectos que merece atenção é o facto de a energia moçambicana não seguir um plano metódico e periódico de uso a longo prazo, que fosse divulgado e discutido por todos moçambicanos, evidencia que o negócio energético não é da periferia, mas sim do centro. Entretanto, a falta de transparência denuncia práticas antidemocráticas e antiéticas abafadas por elites, conseqüentemente esse tipo de abordagem, pode acirrar conflitos de interesses entre elites que lutam pelo controle do poder, e do negócio da energia, dentro e fora de Moçambique. Enquanto isso, a exploração descontrolada e gananciosa dos recursos energéticos corre o risco de não ser sustentável a longo prazo, por não ter um plano concebido numa base teórica e científica, partilhado e debatido de forma inclusiva.

⁶ KEOHANE, R. NYE, J. (2001). *Power and Interdependence, third edition. New York: Longman.*

A actual fase de exportação de gás de Pande e Temane na Província de Inhambane a sul de Moçambique, a título de exemplo, revela a predominância de uma abordagem liberal em que, os termos contractuais permitem maior espaço de manobra e benefício do investidor e consumidor, em detrimento do Estado produtor. Deste modo evidencia-se o enriquecimento de elites em circuitos fechados, em detrimento do desenvolvimento e enriquecimento do Estado. Portanto, as elites que anteriormente nos referimos, tem maior influência e controle sobre as instituições nacionais fiscalizadoras e reguladoras das actividades de exploração dos recursos energéticos e do poder político. A título de exemplo, o corte de impostos às empresas multinacionais e o prolongamento dos anos de exploração para algumas empresas não devem ser justificadas.

O perigo de uma abordagem totalmente Liberal, seria de mergulhar o Estado numa relação de dependência win-lose, em que o produtor por falta de infraestruturas e *know-how*, deva conceder contratos prejudiciais ao Estado numa falsa ilusão de importância sem expressão palpável. Sobretudo, encorajados e encobertos por elites nacionais que agem no interesse próprio. É recomendável que o Estado abra fóruns de debate para melhor discutir uma abordagem nacional de autonomia energética, que serviria de caminho para a projecção de moçambique na geopolítica energética regional e global. Portanto, a função destas instituições não deve apenas ser de intermediário político entre investidores estrangeiros e o Estado.

Em Moçambique, esta abordagem é predominante e visível através da Empresa Nacional de Hidrocarbonetos (ENH), que exerce o papel de fiscalizador das actividades dos investidores e executor de concursos e contratos, meramente políticos. Outrossim, uma abordagem de autonomia moçambicana seria bem concebida e acolhida em debate aberto e inclusivo da sociedade numa base Construtivista.

Entretanto, o Construtivismo, seria útil para a criação de capacidades internas de produção e transformação local (refinarias) de petróleo e gás, para o aproveitamento de todos os derivados de hidrocarbonetos em toda a cadeia de valores do sector. Tanto que, de acordo com Fuser (s/a, p. 14-16) na visão construtivista, os objetivos e prioridades políticas dos Estados não são em essência predeterminados e uniformes, mas sim, socialmente construídos. Consequentemente, as estruturas, os processos e Actores envolvidos na determinação de uma política específica podem ser diversificados e se modificarem continuamente, conforme os diferentes objetivos e interesses que se estabelecem num cenário concreto. O que se deve evitar, é uma abordagem puramente Liberal de padrões de controle preconcebido, centrado no investidor e no consumidor em detrimento do produtor.

Este aspecto teórico, apresenta-se como sendo o primeiro obstáculo para a inserção global de Estados em desenvolvimentos na Geopolítica energética internacional, em particular Moçambique. Geralmente as regras do jogo são estabelecidas pelos grandes *players*, como se tratasse de descobridores de terras desabitadas ou povos não civilizados, onde os tesouros são tidos como pertencentes a natureza, podendo qualquer estrangeiro chegar, explorar e prolongar a exploração, através de subornos às elites, e adiar a autonomia dos Estados produtores ou “donos” dos recursos. Muitas vezes, a cooperação entre Estados na exploração de recursos energéticos, pode ficar a merce dos investidores, capaz de fragilizar as relações políticas inter-estatais. Ademais, na perspectiva da cooperação, é notável a aproximação de laços de amizade entre as elites políticas e as elites económicas dos investidores e compradores que contrabalança a relação política entre unidades políticas e dentro das unidades políticas. Entretanto, de uma forma mais clara, esta perspectiva denuncia uma abordagem teórica e política benéfica para as elites económicas e militares, através do surgimento e reprodução de novos grupos de interesse nos recursos energéticos, dentro e fora das unidades políticas.

Desafios da Inserção de Moçambique na Geopolítica Energética Regional e Global

A Geopolítica Energética é dominada por três categorias de Actores ou intervenientes principais que são geralmente produtores, consumidores e investidores. As regras dominantes são a procura e a oferta, envolvendo somas elevadas de capital entre os jogadores desta modalidade. Doravante, os produtores são Estados que dispõem de grandes reservas de recursos energéticos comercializáveis para o mercado internacional dirigidos pela Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP). Na região da SADC, Angola, Congo, Namíbia, Tanzânia e Moçambique são os únicos que dispõem de reservas em exploração e comercialização, no entanto, em termos de reservas, a lista estende-se para Malawi no Lago Niassa. Enquanto que, ao nível internacional os principais produtores são Arábia Saudita, Qatar, Rússia, Argélia, Irão, Venezuela, Iraque, EUA, Nigéria só para citar alguns (ENMC 2018, p. 34). Por sua vez, os consumidores são as economias mais industrializadas e desenvolvidas que consomem grande parte do combustível produzido no mundo, os principais consumidores no mundo são os EUA, China, Índia, União Europeia, Canadá e as Potências emergentes como a Turquia, Indonésia, Japão, Coreia, Brasil, Argentina, RAS entre outros.

Entretanto, as regras envolvem um outro grupo de grande peso financeiro que é o das Corporações Multinacionais. Este grupo é constituído por empresas de várias nacionalidades que não produzem nem consomem, mas são responsáveis por investir na pesquisa, refinação,

propensão e destas categorias de intervenientes, que controlam a comercialização e os preços dos combustíveis no mundo. Tanto que, qualquer Actor que pretende entrar para este sector, deverá ser capaz de lidar com estes Actores e o jogo pode em alguns casos ser muito pesado e repelir as pretensões de novos Actores ascenderem neste sector. Por isso, os principais Actores e dominadores deste sector são as gigantes ocidentais BP, Total, Exxon Mobil, Shell, ENI, Gazprom, Anadarko, só para citar alguns. Para o caso de Moçambique, os desafios da inserção e autonomia energética regional e global incluem: angariação de capital financeiro, construção de infraestruturas de processamento e transporte “gasodutos”, estratégias de implementação de políticas públicas, formação de recursos humanos, conquista de mercado, garantir a segurança e estabilidade política e militar.

Visto que o negócio energético é de elevado custo, Moçambique necessita de angariação de capital financeiro para a construção de infraestruturas de transformação ou processamento dos recursos energéticos, o estabelecimento de parcerias com investidores da área energética, através do Investimento Directo Estrangeiro (IDE), formação de recursos humanos, e construção de capacidades logísticas constituem uma parte dos desafios de Moçambique para se inserir e ganhar autonomia energética. Para além disso, a inserção de moçambique na geopolítica energética global passa por implementar uma diplomacia energética robusta, com vista a ganhar o mercado internacional, observar o crescimento e desenvolvimento de uma economia azul, aderir a Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), produzir altas quantidades de petróleo e gás.

Conclusão

Em suma, a inserção de Moçambique na geopolítica regional e global é tardia e enfrenta o desafio das mudanças de paradigma energético ao nível global. Um outro aspecto constatado é a o facto de Moçambique não ter uma filosofia clara para a projecção da sua autonomia na região e no mundo. Por andar atrelado a dependência da RSA, não se pode projectar a sua autonomia a curto prazo. Há, no entanto, necessidade de se pesquisar sobre que filosofia energética e a posição que Moçambique pretende tomar para que seja percebido autónomo. Foi também constatado que o uso da abordagem liberal, mais longe Moçambique estará de alcançar a autonomia energética e de se projectar regionalmente e uma abordagem construtivista pode ser um ponto de partida com vista a garantir que Moçambique busque maior financiamento energético.

Referências

- BARRETO, M. et al. Atlas das Energias Renováveis de Moçambique: recursos e projectos para produção de electricidade. **Gesto-Energia**. 1 edição, p. 3,10. 2000.
- BAYLIS, J. SMITH, S. & OWENS, P. **The Globalization of World Politics**: an introduction to international relations. Oxford. Fifth Edition. P. 149-154, 2011.
- DIAS, V. Recursos Naturais em Moçambique: possíveis cenários e desafios. **Revista Moçambicana de Estudos Internacionais – RMEI**, v. 1, n. 1, P. 2-3, 2018.
- DUNNE, T. KURKI, M. & SMITH, S. **International Relations Theories**: discipline and diversity. Oxford. Third Edition. P. 114, 115, 124. 2013.
- ENMC. **Livro Verde sobre a Prospensão Pesquisa, Desenvolvimento e Produção de Hidrocarbonetos em Território Nacional**, p. 34, 2018.
- FUSER, I. **Os Recursos Energéticos e as Teorias das Relações Internacionais**. p. 7, 14. Disponível em: <www.geocities.ws/politicausp/relacoesinternacionais/tri/Fuser.pdf> Acesso em: 12 Maio. 2022.
- HOFMANN, K e MARTINS, A. De S. Descoberta de Recursos Naturais em Moçambique: riqueza para poucos ou um meio de sair da pobreza? **Fundação Friedrich Ebert Stiftung**, p. 1, 2012.
- LUNDIN, I.B. **Metodologia de Pesquisa em Ciências Sociais**. Escolar Editora. P. 139, 2016.
- MIMBIRE, F. **Num Contexto de Crise das Commodities, Desafios de um País Potencialmente Rico em Recursos Minerais**. CIP. p. 19, 20. 2016.
- MOSSE, M. & SELEMANE, T. **Alguns Desafios na Indústria Extractiva em Moçambique**. CIP - Maputo. 2008.
- PASCUAL, C. ZAMBETAKIS, E. **The Geopolitics of Energy**: From Security to Survival. Brookings, p. 1-3. 2008.
- VAKULCHUK, R. OVERLAND, I. SCHOLTEN, D. **Renewable Energy and Geopolitics**: a review. ELSEVIER, p. 5, 2020.
- WACHE, P.M. **Política Externa de Moçambique para a África do Sul**: gerindo a diplomacia económica assimétrica. Universidade Joaquim Chissano. P. 136,137, 2020.
- ZECA, E. *et al.* **Moçambique**: recursos energéticos e política internacional. Escolar Editora. p. 160-167, 2016.

Sobre o autor

Carmona Bila

Mestre em Diplomacia, Direito e Negócios pela O.P. Jindal Global Univerity (JGU) – Índia e Professor das disciplinas de Estudos de Paz e Estudos de Conflitos e Sistema das Nações Unidas no Curso de Relações Internacionais e Diplomacia na Universidade Joaquim Chissano (UJC) em Maputo. E.mail: carmona.bila@gmail.com